

**CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA  
DE ARTE E CULTURA**

**Curitiba - PR**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2015 E 2014**

**CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores expressos em reais)**

**CONTEÚDO**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Quadro 1 – Balanços Patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração do Resultado dos Exercícios

Quadro 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Quadro 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

*Rto*      *Ed*

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores e Diretores do

**Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura**

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis do CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA (“ENTIDADE”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfases

Chamamos a atenção para o mencionado nas Notas Explicativas nº 7, que evidencia que a Entidade não realizou estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens que compõem seu Ativo Imobilizado, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e nem realizou o teste de recuperabilidade desses ativos conforme requer a NBC TG 01 – Valor Recuperável de Ativos. Além disso, conforme informado na mesma nota explicativa, a Entidade não possui controles individualizados e não realiza periodicamente inventário dos bens que compõem seu ativo imobilizado, havendo a necessidade de contratação de empresa especializada para realizar esses levantamentos. Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que esses ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. Entretanto, a continuidade normal das atividades da Entidade está condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba com quem firmou Contrato de Gestão através da Fundação Cultural de Curitiba, além da efetiva implementação e monitoramento de um plano que vise à geração de novas receitas para a Entidade, a fim de satisfazer situações de desequilíbrio financeiro ou desmobilizações futuras.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

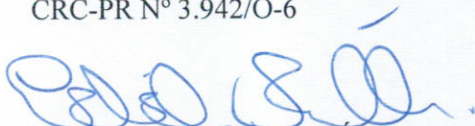
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

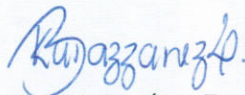
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas somente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório sem ressalvas datado de 06 de fevereiro de 2015, contendo ênfase quanto ao CURITIBA ARTE — INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA ter firmado termo de Convenio/Contrato de Gestão sob nº 2602, em data de 18/05/2010, com a Fundação Cultural de Curitiba-FCC, destacando que a FCC, na qualidade de concedente ter o dever de fiscalizar previamente ao Tribunal de Contas a execução do convênio, podendo inclusive glosar despesas que entenda não fazer parte do objeto do convênio, salientando que a responsabilidade pela execução das despesas é do tomador do convênio, e que qualquer alteração nas diretrizes do projeto deve ser submetida ao órgão concedente e formalizada mediante instrumento aditivo.

Curitiba, 20 de julho de 2015.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 3.942/O-6



EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA  
CONTADOR CRC-PR 057250/O T-RJ



KARINI LETÍCIA BAZZANEZE  
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

QUADRO 1

CURITIBA ARTE - INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA  
 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2.015	2.014	PASSIVO	Nota	2.015	2.014
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Bancos	3	216.767	657.453	Fornecedores		4.750	39.493
Aplicações Financeiras	3	1.594.508	770.363	Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas	8	181.232	48.629
Contas a receber			8.986	Parcelamento ISS	9	68.786	
Adiantamentos	5	95.045	8.125	Provisão para Férias e Encargos		314.214	322.250
Impostos Recuperáveis			5.181	Outras Contas a Pagar		95	5.185
Impostos Recuperáveis		1.906.320	1.450.108	Projetos a Executar	10	210.360	289.455
						779.437	705.012
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos Judiciais	6	22.380	22.380	Parcelamento ISS	9	413.205	
		22.380	22.380				
Imobilizado	7	99.149	107.525	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			
		99.149	107.525	Superávits Acumulados	11	398.226	289.232
				Superávit do Exercício	11	436.981	585.769
				<b>Patrimônio Social Líquido</b>		835.207	875.001
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.027.849</b>	<b>1.580.013</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.027.849</b>	<b>1.580.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS (COM AJUSTES)  
 (Valores expressos em reais)

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Receitas da Atividades	9.239.400	9.699.936
Contrato de Gestão - FCC	8.260.160	9.098.850
Receitas do conservatório	554.121	289.520
Doações e patrocínios	166.800	17.948
Bilheteria	125.116	101.954
Oficina de Música	100.363	55.609
Receitas diversas	20.340	116.924
Locação de espaços próprios	12.500	19.131
( - ) deduções da receita		
Impostos Incidentes sobre a receita e devoluções	(36.350)	(32.932)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>9.203.050</b>	<b>9.667.004</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Gerais e Administrativas	(1.679.122)	(2.999.622)
Gastos com Pessoal ICAC	(2.907.033)	(2.977.626)
Gastos com Pessoal - Casa Leitura	(1.264.660)	(1.581.923)
Despesas Conservatório	(2.856.700)	(1.491.747)
Despesas com infrações - ISS	(5.216)	
Resultado financeiro líquido	52.050	32.018
	<u>(8.660.681)</u>	<u>(9.018.900)</u>
<b>SUPERÁVIT ANTES DOS EFEITOS FISCAIS</b>	<b>542.369</b>	<b>648.104</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(69.355)	(22.566)
Contribuição Social sobre o Lucro	(36.033)	(39.769)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>436.981</b>	<b>585.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
(Valores expressos em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013	41.035	248.197	289.232
Superávit do exercício		585.769	585.769
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014	41.035	833.966	875.001
Ajuste de exercícios anteriores		(476.775)	(476.775)
Superávit Líquido do Exercício		436.981	436.981
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015	41.035	794.172	835.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO 4

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
 (Valores expressos em reais)

	2.015	2.014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do exercício	436.981	585.769
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	26.960	25.933
<b>Total</b>	<b>463.941</b>	<b>611.702</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Variações do ativo</b>		
Contas a Receber	8.987	(8.987)
Adiantamentos	(86.920)	12.383
Créditos Fiscais a Recuperar	5.181	(4.178)
Depósitos judiciais		(12.180)
<b>Total</b>	<b>(72.752)</b>	<b>(12.962)</b>
<b>Variações do passivo</b>		
Fornecedores	(34.743)	(80.600)
Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas	132.603	12.328
Parcelamento do ISS	481.991	
Provisão de Férias e encargos	(8.036)	
Contas a Pagar	(5.090)	5.185
Oficina de Música	(79.095)	(130.569)
<b>Total</b>	<b>487.630</b>	<b>(193.656)</b>
<b>(=) caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>414.878</b>	<b>(206.618)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Imobilizado	(16.785)	(800)
Intangível	(1.800)	-
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(18.585)</b>	<b>(800)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Ajuste de exercícios anteriores	(476.775)	-
<b>(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(476.775)</b>	<b>-</b>
<b>(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalentes de caixa</b>	<b>383.459</b>	<b>404.284</b>
. No início do exercício	1.427.816	1.023.532
. No fim do exercício	1.811.275	1.427.816
	<b>383.459</b>	<b>404.284</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA  
DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>RECEITAS</b>		
Contrato Gestão FCC	8.260.160	9.098.850
Outras Receitas	979.240	665.196
<b>INSUMOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Gastos da Atividade de Música	(628.223)	(551.743)
Outros Gastos Administrativos	(93.421)	(76.861)
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	<u>(3.440.927)</u>	<u>(3.682.782)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>5.076.829</b>	<b>5.452.660</b>
Depreciações e amortizações	<u>(26.960)</u>	<u>(25.933)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b><u>5.049.869</u></b>	<b><u>5.426.727</u></b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal e Encargos	(4.303.143)	(4.559.550)
Impostos, Taxas e Contribuições	(146.366)	(95.067)
Juros e Aluguéis	<u>(163.379)</u>	<u>(186.342)</u>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>436.981</u></b>	<b><u>585.768</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações Contábeis

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

O Curitiba Arte - Instituto Curitiba de Arte e Cultura, Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos foi constituído em julho de 2003, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 2004. É uma Entidade cujo objetivo é o ensino, pesquisa, promoção da cidadania, desenvolvimento científico, cultural, artística e institucional, nas áreas de artes, cultura, lazer e entretenimento, tendo como atividade principal ações na área de música, como manutenção de grupos artísticos e eventos musicais relacionais a esses grupos. As atividades relacionadas ao ensino de música são ofertadas ao público em geral tendo em vista exigências estabelecidas no Contrato de Gestão, porém, sua operacionalização e custeamento é de responsabilidade dos professores contratados, repassando a Entidade somente valor correspondente a taxa de administração, para manutenção a estrutura. Também, oferece ações culturais na área de literatura.

Sua finalidade institucional se desenvolve com base em Contrato de Gestão com o Município de Curitiba, cabendo a Fundação Cultural de Curitiba a supervisão financeira e artística.

Destarte, a sua manutenção, continuidade e finalidade institucional dependem dos correspondentes repasses de contribuições municipais. Concomitantemente, o Instituto ampliou suas ações culturais por meio de celebração de Convênios com o SESI para a realização de dois projetos: 32ª Oficina de Música de Curitiba e ações culturais no espaço Cultural Stokler de Franca e com o SESC e outras organizações ainda para apoio a 32ª Oficina de Música de Curitiba.

Por meio de Ofício, datado de maio de 2014, este Instituto solicitou revisão do Contrato de Gestão em vigor a fim de se obter um equilíbrio entre as metas estabelecidas contratualmente e o valor mensal de repasse, visto este não ter sofrido revisão dos impactos inflacionários, dissídios coletivos e outros.

### 2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

#### a. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, a Entidade adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

A Entidade incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis os seguintes relatórios: Balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Entidade na gestão das obrigações de curto prazo.

**Recursos vinculados a projetos**

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato que o originou e são mantidos contabilizados no passivo até a sua utilização.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou pagas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores, projetos a realizar e outras contas a pagar.

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

**b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

A Entidade administra Projetos Culturais, aprovados pelo FNC (Lei Rouanet), bem como repasses de outras entidades para fins específicos - pré-carnaval de Curitiba, concertos e apresentações musicais, cujos recursos estão demonstrados em contas específicas do ativo (bancos conta movimento e aplicações financeiras) e passivo (Projetos Culturais), no valor total dos aportes recebidos e das despesas incorridas, de modo a não produzir efeitos no resultado do exercício. Para o exercício de 2015, foram arrecadados R\$ 180.000,00.

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos originados por meio de contratos decorrentes da Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo que é vinculado a projetos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos projetos, as despesas são reconhecidas em contas redutoras do passivo, conforme sua natureza, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos contratos originados pela Lei Rouanet são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos.

A Entidade possui ainda um Contrato de Gestão, firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba/Fundação Cultural de Curitiba, com previsão de encerramento para o mês de Dezembro/2017. Neste aspecto, a administração do Instituto está ciente da necessidade de se criar um fundo de reserva financeira específico para atender, caso o referido contrato não seja renovado parcial ou totalmente, as necessidades que advirão decorrentes de rescisões de contratos trabalhistas e outros compromissos.

- Recebimento dos recursos e consumo como despesa: Quando ocorre o recebimento dos recursos originados pelo contrato de gestão é reconhecido um ativo (bancos conta movimento e aplicações financeiras) em contrapartida do resultado do exercício como receita assim como as suas despesas, que são restritas ao custeio da Entidade.

**c. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Conforme nota explicativa nº 7, a depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado no critério fiscal para cada um dos itens, em desacordo com o que determina a legislação vigente.

**d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2015, o qual depende da realização de processo de inventário, levantamento e mensuração do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente.

**e. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(i) Contingências ativas e passivas**

Os Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

**(ii) Contingências passivas**

As Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte indício de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas, e as classificadas como de perda remota não requerem provisão e divulgação.

**f. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**g. Imposto de renda e contribuição social**

A entidade optou, desde a sua constituição, pelo regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as receitas não-correntes, com base no lucro presumido. No entanto, tais receitas são decorrentes da própria atividade e os superávits (tanto das receitas correntes quanto das demais receitas) são integralmente investidos na própria atividade. Sabendo que o Instituto foi constituído e se mantém na modalidade "sem fins lucrativos" e, como determina a lei, seus recursos financeiros são integralmente aplicados na sua atividade, a administração pretende discutir legalmente a isenção ou imunidade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime tributário de Lucro Presumido, sendo aplicadas as seguintes alíquotas:

a) Imposto de renda: de 15% sobre a base de 32% da receita bruta respeitando o adicional de R\$ 240.000,00 ao ano o qual sujeita o adicional de 10%; b) Contribuição Social de 9% sobre a base de 32% da receita bruta.

**h. Ajuste de Exercícios Anteriores**

Conforme Nota Explicativa nº 10, em 2015 foram contabilizados ajustes de exercícios anteriores, referentes aos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos ao ISS – Imposto de Serviços que deveriam ter sido reconhecidos nas demonstrações contábeis da Entidade em exercícios passados e não foram no montante de R\$ R\$ 476.775,00. Tais valores referem-se a não retenção na fonte do referido imposto, em decorrência de pagamentos realizados aos prestadores de serviços (pessoa jurídica e autônomos) que não efetuaram a devida emissão do documento fiscal ou não possuíam cadastro regular de contribuintes no Município de Curitiba.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Caixa e bancos	216.767	657.453
Aplicações financeiras	<u>1.594.508</u>	<u>770.363</u>
	<u>1.811.275</u>	<u>1.427.816</u>

Recursos vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os valores vinculados a projetos em 31 de dezembro de 2015 estavam compostos da seguinte forma:

	<u>2.015</u>
PRONAC 154429 B. Brasil - Depósito bancário	180.000
PRONAC 148367 B. Brasil - Aplic. Financeira	<u>30.360</u>
	<u>210.360</u>



## 5 Adiantamentos

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Adiantamento de férias	6.587	8.125
Adiantamento a fornecedores	1.380	
Adiantamento a autônomos	1.814	
Adiantamento Oficina de Música	83.564	
Adiantamento de viagens	<u>1.700</u>	
	<u>95.045</u>	<u>8.125</u>

Os valores relativos ao adiantamento à Oficina de Música no montante de R\$ 83.564,00 se referem a despesas realizadas e ainda não incorridas durante o exercício de 2015, em decorrência da realização do projeto 33ª Oficina de Música de Curitiba, cujos valores foram recebidos durante o exercício de 2014.

## 6 Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento sem transitado em julgado da ação, bem como depósitos judiciais para garantia do juízo em ações transitadas em julgados, em fase de liquidação.

### Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Vida útil em anos	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2.015	2.014
					Liquido	Liquido
Móveis e Utensílios	10,00%	10	85.389	40.043	45.346	41.501
Equipamentos de Processamento de Dados	20,00%	5	35.479	19.336	16.143	15.667
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10,00%	10	16.608	15.621	987	2.648
Instalações	10,00%	10	1.934	1.934		5
Instrumentos musicais	10,00%	10	104.579	68.331	36.248	46.706
Fonoteca	10,00%	10	5.730	5.305	425	998
TOTAIS			<u>249.719</u>	<u>150.570</u>	<u>99.149</u>	<u>107.525</u>

### Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Entidade não possui controle individualizado do seu ativo imobilizado e estuda a possibilidade de contratar empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens, com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil, inclusive quanto à determinação do valor econômico dos mesmos e a determinação de novas vidas úteis para ajustar as quotas de depreciação em conformidade com a legislação vigente. A Administração da Entidade prevê que o prazo para conclusão dos trabalhos se encerre durante o exercício de 2016.

Por esse motivo, esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o exercício de 2015 e anteriores, relativo ao Teste de Recuperabilidade do Ativo Imobilizado (*impairment test*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 01(R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", o qual dependerá da conclusão dos trabalhos de levantamento e inventário do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente.

*oo* *km*

## 7 Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Impostos e contribuições retidos de terceiros	41.560	15.147
Salários e remunerações a pagar	2.807	14.569
IRRF a pagar	13.621	18.560
INSS a pagar	88.481	38
FGTS a pagar	32.218	315
PIS sobre folha a pagar	2.545	
	<u>181.232</u>	<u>48.629</u>

## 8 Imposto sobre serviços – ISS

Em 2013, a Entidade recebeu intimação da Prefeitura Municipal de Curitiba para fins de levantamento fisco contábil e homologação dos lançamentos do Imposto Sobre Serviços — ISS, tendo atendido de forma abrangente a todas as solicitações da autoridade competente no que concerne aos demonstrativos de cálculos do ISS sobre as receitas auferidas, bem como tendo apresentado toda a documentação solicitada no Termo de Intimação. No entanto, a administração tomou a iniciativa de discutir, em conjunto com o Conselho de Tributação do Município, o critério de tributação, uma vez que quase a totalidade das receitas é decorrente de repasses do próprio Município e as demais decorrentes e aplicados na própria atividade.

## 9 Eventos subsequentes - Parcelamento de ISS Prefeitura Municipal de Curitiba

	<u>2.015</u>
Parcelamento do ISS	481.991
( - ) Parcela de longo prazo	<u>(413.205)</u>
	<u>68.786</u>

Em 26 de novembro de 2015, através do Ofício nº 6.223/2015 – FRM, encaminhado pela Secretaria de Finanças do Município de Curitiba, a Entidade foi notificada acerca de diversos autos de infração que questionavam, principalmente, o não recolhimento das retenções do ISS – Imposto sobre Serviços, devidas sobre o pagamento a prestadores de serviço pessoa jurídica que não efetuaram a devida emissão de documento fiscal, bem como a prestadores autônomos (com emissão de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomos) os quais não possuíam inscrição regular no cadastro fiscal de contribuintes no Município.

O valor total apurado pela fiscalização totalizou R\$ 476.775,00 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais) já consolidado em parcelamento, realizado durante o exercício de 2016, em 90 (noventa) parcelas no valor de R\$ 5.297,50 (cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos cada), as quais serão atualizadas monetariamente pelo IGPM.



Considerando os montantes envolvidos, a Administração da Entidade optou pela contabilização do parcelamento durante o exercício de 2015, tendo em vista que a maior parte dos valores apurados referia-se aos exercícios de 2010 a 2014, sendo que os valores dos exercícios anteriores foram registrados como Ajuste de Exercícios Anteriores no Patrimônio Social da entidade e o valor relativo ao ano de 2015 foi contabilizado no resultado do exercício, os quais estão compostos da seguinte maneira:

	<u>Valor</u>
ISS referente ao exercício de 2010	113.039
ISS referente ao exercício de 2011	77.678
ISS referente ao exercício de 2012	101.648
ISS referente ao exercício de 2013	89.191
ISS referente ao exercício de 2014	95.220
ISS referente ao exercício de 2015	<u>5.215</u>
	<u><u>481.991</u></u>

## 10 Projetos a executar

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Oficina de Musica de Curitiba		289.455
PRONAC 154429 B. Brasil - Depósito bancário	180.000	
PRONAC 148367 B. Brasil - Aplic. Financeira	<u>30.360</u>	
	<u><u>210.360</u></u>	<u><u>289.455</u></u>

Projetos a executar referem-se a recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados, os quais possuem contas correntes ou aplicações vinculadas conforme Nota Explicativa nº 4. A Administração da Entidade, considerando que as receitas e despesas recebidas e realizadas através de projetos incentivados têm efeito nulo no resultado da sua atividade, optou em manter os saldos e a movimentação dos referidos projetos no Passivo Circulante evidenciando, portanto, o saldo a realizar de cada projeto.

## 11 Patrimônio Social

O patrimônio social da Entidade poderá ser formado, principalmente, pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados ao Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura. Em função de a Entidade ter suas operações suportadas substancialmente por contratos de Gestão firmados com o Município de Curitiba, por intermédio da Fundação Cultural de Curitiba e projetos de leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet), firmados junto ao Ministério da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, exceto àqueles decorrentes de receitas próprias da Entidade.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir.

## 12 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015.

A Entidade está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. Pelo fato da Entidade ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as suas obrigações estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso.

Todas as dívidas da Entidade, exceto as provisões para contingências e parte do parcelamento do ISS junto à prefeitura de Curitiba são exigíveis em curto prazo.

**Marino Galvão Junior**  
Presidente

**Wenceslau Bonifácio da Silva**  
Contador CRC/PR 038829/O-5

\* \* \*